



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640145 - SP (2021/0013389-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LARISSA GASPAR PAES (PRESO)
CORRÉU : FELIPE GOULART REGINALDO
CORRÉU : ARTHUR DIAS CAMPOS TACCHI
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LARISSA GASPAR PAES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2181596-82.2020.8.26.0000).

A paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta a impetrante que o decreto preventivo careceria de fundamentos concretos, e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Aduz que, ante as circunstâncias pessoais favoráveis e a Recomendação CNJ n. 62/2020, seria cabível a substituição da custódia por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com ou sem a substituição por cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos utilizados para manter o decreto preventivo que, em princípio, se mostram concretos.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade na custódia decretada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 25-33):

"Por fim, considerando-se a pandemia do COVID-19, também não se verifica motivação para soltura. No caso, pelo que se entrevê, não fora trazida qualquer comprovação efetiva de que os pacientes se encontram inseridos no "grupo de risco", passível de obtenção da revogação da prisão cautelar ou concessão de prisão domiciliar, como prevêem as recentes recomendações, normas e resoluções do CNJ e do CSM-TJSP. Não se demonstrou, devidamente, a presença do fumus boni iuris. Nesse ponto, os Tribunais Superiores já estão se manifestando; pois, em decisão monocrática recente a respeito dos pedidos de liberdade de réus endereçados ao STJ por meio do remédio heróico, o ilustre Ministro Rogério Schietti esclarece que: "Não há como descurar que a crise mundial do Covid-19 e, especialmente, a iminente gravidade do quadro nacional exigem intervenções e atitudes mais ousadas das autoridades, inclusive do Poder Judiciário. Assim, na atual situação, salvo necessidade inarredável da manutenção da prisão preventiva - nos casos de crimes cometidos com particular violência, a envolver acusado de especial e evidente periculosidade ou que comporte de modo a, claramente, denotar risco de fuga ou de destruição das provas e/ou ameaça a testemunhas -, o exame da necessidade da manutenção da medida mais gravosa deve ser feito com outro olhar". (HC nº 567.945/SP Rel. o Min. Rogério Schietti Cruz). Já noutra decisão, o citado e zeloso Ministro do STJ, na mesma data, argumenta que a crise epidêmica atual apesar de dever ser levada em conta na análise da soltura do réu, mas "não é um passe livre para a liberação de todos, pois ainda persiste o direito da coletividade em ver preservada a paz social"(STJ; HC nº 567.408 - RJ (2020/0070906-7) Rel. o Min. ROGERIOSCHIETTI CRUZ, j. em 20/03/20, publ. no DJE de 23/03/2020). Logo, no caso concreto, entende-se que resta necessária e adequada a manutenção da segregação dos encarcerados, mesmo diante da situação pandêmica existente, a fim de resguardar a sociedade com o escopo da garantia de ordem pública e a aplicação da lei penal, pois em liberdade certamente os pacientes poderão engrenar nova empreitada delituosa, e até se evadirem. Releva notar que a decisão proferida, cautelarmente, na ADPF nº 347, não foi referendada pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. E, como é sabido, as Autoridades competentes vêm tomando as medidas necessárias para impedir a disseminação da referida pandemia também entre a população carcerária. Como se vê, salienta-se, novamente, trata-se da apuração de crimes de natureza grave, mostrando-se indispensável a manutenção da prisão processual, nos termos dos artigos 311 e 312, ambos do estatuto processual penal, ainda que observadas as Leis nº

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência